

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL**

Exposição de Motivos SEI-GDF n.º 35/2017 - SEPLAG/GAB

Brasília-DF, 14 de setembro de 2017

À Sua Excelência o Senhor

RODRIGO ROLLEMBERG

Governador do Distrito Federal

N E S T A

Excelentíssimo Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2018”, na forma do disposto nos artigos 149 e 150, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, observadas as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 (LDO-2018), da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por ser uma norma geral e um dos mais importantes instrumentos de planejamento do Governo do Distrito Federal, o presente Projeto de Lei Orçamentária foi elaborado em estrita observância à legislação que versa sobre finanças públicas e às determinações e recomendações dos órgãos de controle do Distrito Federal (interno e externo), bem como do próprio Poder Legislativo, que consideramos de elevada importância para a melhoria da qualidade técnica e jurídica, visando o aprimoramento desse relevante instrumento.

Na elaboração do PLOA/2018, também foi mantida a compatibilidade com as ações propostas e com as estratégias e diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual – PPA.

O PLOA/2018 observa as premissas constitucionais e legais, com destaque para: educação e saúde; ciência e tecnologia; apoio à cultura; atenção à criança e ao adolescente; sentenças judiciais; reserva de contingência, serviço da dívida, metas fiscais, prioridades, além do limite de pessoal de que trata a LRF.

Cumprе esclarecer a Vossa Excelência que a conjuntura econômica nacional, a partir da expectativa de tímido crescimento econômico, espelhado no baixo crescimento da arrecadação, repercute também na esfera Distrital. Assim, a consolidação deste Projeto de Lei não vislumbra recuperação econômica no curto prazo, sem um fato extra.

Por outro lado, este Governo tem envidado esforços para mitigar os efeitos da crise econômica atual, alternativamente compartilhando sugestões com as diversas áreas técnicas, com vistas à prestação dos serviços públicos colocados à disposição dos cidadãos, sem um incremento da arrecadação do Distrito Federal.

Assim, para a alocação dos recursos orçamentários deste Projeto, observou-se a evolução das receitas e despesas nos exercícios de 2015, 2016 e até junho de 2017, além das expectativas para o restante deste exercício, e, sobretudo, as realizações de despesas julgadas tecnicamente essenciais em cada Unidade Orçamentária, dado que representam a grande maioria das execuções orçamentárias efetivas.

Basicamente, o montante dos orçamentos Fiscal e Seguridade, para o exercício de 2018, da ordem de R\$ 26,926 bilhões, se manteve próximo ao aprovado para o exercício de 2017, conforme se verifica na Lei nº 5.796, de 29 de dezembro de 2016 (LOA/2017).

De acordo com a Constituição, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 é composto pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que abrangem os poderes do Distrito Federal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, considerando-se, inclusive, às despesas com saúde, previdência e assistência social. Complementando o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, são integradas as despesas de investimentos das empresas estatais não dependentes do Tesouro Distrital.

Diante deste contexto, as despesas das três esferas orçamentárias 1 – Fiscal, 2 – Seguridade Social e 3 – Orçamento de Investimento totalizam R\$ 28,8 bilhões. Acrescente-se a isto o montante de recursos constante do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, destinado às áreas de Segurança Pública, Educação e Saúde, na forma do art. 21, XIV, da Constituição Federal, conforme detalhamento por esfera orçamentária, a saber:

1 – FiscalR\$ 17.905.528.190,00

2 – Seguridade SocialR\$ 9.020.221.885,00

SOMAR\$ 26.925.750.075,00

3 – Investimento (Estatais)R\$ 1.863.107.652,00

SOMAR\$ 28.788.857.727,00

Fundo Constitucional do DF – FCDF UniãoR\$ 13.676.999.187,00

TOTAL GERALR\$ 42.465.856.914,00

Em relação aos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, a variação percentual da Receita Corrente Líquida da União - RCL foi de 3,6%, já considerando a alteração da metodologia de cálculo da RCL por parte do Ministério da Fazenda. Com isso, a diferença em relação à RCL, anteriormente projetada pela Secretaria de Estado da Fazenda, para fins de definição das metas fiscais da LDO/2018 (de 5,02%), representa uma redução nos recursos do FCDF de aproximadamente R\$ 174 milhões. Essa redução foi compartilhada entre as três áreas de despesas do FCDF, ficando a saúde e educação com redução de cerca de R\$ 85 milhões e a segurança pública com os R\$ 89 milhões restantes.

Diante disso, a configuração dos recursos do FCDF apresenta-se da seguinte forma:

Área	2017 (LOA União)	2018 (Previsão LDO GDF)	2018 (PLOA União)
SEGURANÇA PÚBLICA	7.793.840.917	7.961.948.547	7.872.914.301
EDUCAÇÃO	2.578.491.254	2.853.981.779	2.477.208.611
SAÚDE	2.817.447.690	3.035.683.241	3.326.876.264
TOTAL GERAL	13.189.779.861	13.851.613.567	13.676.999.176

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para o exercício de 2018, Volume IV, Unidade Orçamentária 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF.

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Receitas Tributárias e demais Receitas

Especificamente, no que tange à receita do Governo do Distrito Federal relativa aos orçamentos fiscal e da seguridade social, o destaque é para a Receita Tributária, composta por impostos, taxas e contribuições, a qual é responsável pelo financiamento de cerca de 60% das despesas dessas duas esferas orçamentárias, conforme detalhamento a seguir, com destaque para o ICMS:

DESCRIÇÃO DA RECEITA	VALOR (R\$ 1,00)	PARTICIPAÇÃO %
TOTAL DA RECEITA	26.925.750.075	-
TRIBUTÁRIA	16.344.596.161	60,70 %
CONTRIBUIÇÕES	1.543.243.005	5,73 %
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.579.615.327	17,01 %
OUTRAS CORRENTES	1.120.035.305	4,16 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.473.227.751	5,47 %
TRANSF. DE CAPITAL	445.525.132	1,65 %
DEMAIS RECEITAS	1.419.507.394	5,27 %

Verifica-se, portanto, que os tributos representam 60,70% do total das receitas tributárias, no momento da elaboração do PLOA/2018. Quanto às demais receitas, durante a execução orçamentária do exercício, algumas receitas podem apresentar frustrações, pois estão condicionadas ao efetivo aporte de recursos financeiros por parte da União ou das agências financeiras de fomento, a exemplo de transferências de convênio e operações de crédito.

Ainda, no campo das receitas tributárias, conforme detalhado no demonstrativo, a seguir, os impostos ICMS e IR são os mais expressivos, representando 71,71% do montante dos tributos:

TRIBUTOS	VALOR (R\$ 1,00)	PARTICIPAÇÃO %
ICMS	8.615.942.300	52,71%

IMP. RENDA	3.104.942.141	19,00%
ISS	1.690.244.507	10,34%
IPVA	991.118.939	6,06%
IPTU	775.575.045	4,75%
DEMAIS TRIBUTOS	1.166.773.229	7,14%
TOTAL DOS TRIBUTOS	16.344.596.161	100,00%

Ressalte-se, por fim, que à exceção das atualizações de IPTU/TLP e IPVA, não há proposta de majoração de alíquotas nas receitas tributárias para o exercício de 2018.

DESPESAS

Em relação à despesa, foram mantidos praticamente os mesmos valores consignados na Lei Orçamentária Anual de 2017, devido à previsão de baixo crescimento das receitas constantes do PLOA/2018, inclusive no que se refere às receitas próprias estimadas pelas unidades, dado que os valores projetados para a confecção da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 não têm a participação direta delas, pois as estimativas são efetuadas pelo órgão central de orçamento público com base no comportamento da receita ao longo dos últimos anos, em seus valores agregados.

O demonstrativo a seguir espelha a distribuição da despesa nas diversas categorias de gasto, com destaque para pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, que representam 82,03% do total das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Cabe lembrar que o demonstrativo não considera os valores do fundo constitucional do Distrito Federal – FCDF.

DESPESA	Valor (R\$ 1,00)	Participação %
PESSOAL	14.768.021.537	54,85 %
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	286.586.474	1,06 %
OUT. CORRENTES	7.318.377.798	27,18 %
INVESTIMENTOS	2.286.473.028	8,49 %
INVERSÕES	402.341.925	1,49 %
AMORTIZAÇÕES	322.197.134	1,20 %

RESERVA DO RPPS	861.789.360	3,20 %
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	679.962.819	2,53 %
TOTAL	26.925.750.075	100,00 %

Vale salientar que o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 prevê o suporte financeiro – pela inclusão de fontes específicas, oriundas da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – para a continuidade das obras estratégicas que o Governo do Distrito Federal tem dado andamento no exercício de 2017.

Dentre essas obras estratégicas podemos ressaltar a construção de Corumbá IV; a implantação do Trevo de Triagem Norte – TTN e da Ligação Torto-Colorado; a regularização fundiária, com a entrega de mais de 31 mil escrituras, por meio do Programa Habita Brasília; as obras para captação de água do Lago Paranoá; a previsão de construção de mais 6 creches, que se somarão às 24 creches já entregues; as 3 Escolas Técnicas, em processo de licitação, em Brazlândia, Paranoá e Santa Maria; a drenagem pluvial, pavimentação e construção de calçadas em Vicente Pires; a construção, em parceria, do Bloco II do Hospital da Criança; a implantação da infraestrutura no Sol Nascente, Porto Rico e Buritizinho e, brevemente, no Por do Sol, ainda em fase de negociação de financiamento.

Em relação ao processo de elaboração do Orçamento do Governo do Distrito Federal para o exercício de 2018, é importante esclarecer que o seu início se deu a partir de fevereiro de 2017, com o planejamento dos procedimentos, prazos e responsabilidades na construção do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.

Naquele momento, houve a participação apenas de alguns órgãos, cujas informações, detalhadamente, precisaram constar das metas fiscais da LDO/2018, a exemplo dos passivos contingentes originários da administração direta e indireta; dimensionamento dos acréscimos de pessoal, relativos a nomeações e melhorias salariais; e, sobretudo, informações sobre a composição das receitas de origem tributária, formulada pela Secretaria de Estado de Fazenda, com a colaboração da AGEFIS e ADASA.

É certo que, tendo em vista a conjuntura econômica ainda se manter restritiva, este Governo tem adotado diversas iniciativas para possibilitar o aumento da arrecadação das receitas do Distrito Federal e possibilitar a governabilidade do Estado, em contrapartida de medidas visando à eficiência e à racionalidade do gasto público.

Diante disso, para a disponibilização dos tetos orçamentários observou-se, inicialmente, a segregação das emendas parlamentares constantes de cada Unidade, dado que a Reserva de Contingência, no momento do PLOA, encontra-se com 3% da Receita Corrente Líquida – RCL, de onde 2% serão destinados para emendas parlamentares individuais, na forma do art. 150, §§ 15 a 17, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e que somados ao 1% restante serão adicionados às programações inicialmente consignadas no PLOA/2018, fazendo com que a previsão das despesas apresente um comportamento linear, com pequeno crescimento natural, especialmente as de pessoal e de custeio.

É imperativo esclarecer que a construção do presente Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018 obedeceu as orientações constantes da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e das emendas constitucionais nº 86/2015; 93/2016; e 94/2016, que tratam, respectivamente das emendas parlamentares individuais; da desvinculação das receitas de impostos, taxas e de outras receitas correntes; e das condições para quitação de débitos judiciais (Precatórios).

Por derradeiro, vale ressaltar que, devido ao baixo crescimento da economia local, com impacto sobre a arrecadação do Distrito Federal, no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 não

consta qualquer autorização para melhorias salariais aos servidores do Poder Executivo, em estrita obediência ao Anexo IV da LDO/2018.

Objetivando a manutenção das ações consolidadas de competência deste órgão central de planejamento e orçamento, necessário se faz solicitar a Vossa Excelência o encaminhamento do anexo Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA/2018 à Câmara Legislativa do Distrito Federal, até o dia 15 de setembro de 2017, de forma a cumprir o mandamento constante do art. 150, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 15/09/2017, às 00:38, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **2313301** código CRC= **321020ED**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti - 10º andar - Sala 1001 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70759-000 - DF

3313-8104

00410-00019325/2017-08

Doc. SEI/GDF 2313301